

REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

Líderes de todos os partidos decidem amanhã se votam, ainda este ano, o projeto de lei para regularizar a maior invasão do Distrito Federal. Presidente da Câmara, Gim Argello, acha que chances de aprovação são grandes

DF-cidade

Estrutural divide distritais

Carolina Nogueira
Da equipe do Correio

O presidente da Câmara Legislativa, deputado Gim Argello (PMDB), reúne-se amanhã, às 15h, com os líderes dos partidos para elaborar a pauta de votações da Casa até o final do ano. Além do Orçamento e do pacote de projetos de regularização de condomínios, está na lista

o projeto de lei do deputado José Edmar (PMDB) que pretende regularizar e transformar a invasão da Estrutural em Zona Habitacional de Interesse Social.

"Depois de dez anos de consolidação, a necessidade de regularização daquela área já encontra uma boa acolhida do Executivo e de grande parte do Legislativo", afirmou Gim. Apesar de considerar "urgente" a resolução do problema,

o deputado garante que agirá com cautela. "Não é impossível aprovar ainda nessa legislatura, mas é preciso analisar com responsabilidade. É fácil, mas preocupante, fazer um projeto desse tipo às pressas, pensando em angariar votos".

Entre os líderes da Câmara Legislativa que devem definir amanhã se o projeto será ou não apreciado ainda este ano, as opiniões divergem. "Acho precipitado apre-

sentar e votar um projeto em tão pouco tempo. Há um acordo na Câmara para que todo projeto passe pelas Comissões — e isso não dá mais tempo", afirma o líder do PPS na Câmara, deputado Alfrio Neto.

Nem entre os partidos da base governista há consenso sobre o assunto. "Estamos trabalhando em cima do Orçamento, temos outras prioridades. Faltam sete ou oito sessões do final do ano,

sou contra colocar isso em votação agora", opina o líder do PTB, César Lacerda. Já Wilson Lima, que responde pelo PSD, endossa a iniciativa de José Edmar. "Vamos sentar e discutir. É hora de assumir e implementar aquela cidade. Já tivemos muitos projetos polêmicos e sempre chegamos a um denominador comum".

No PT, a proposta é contestada. "Não existe essa história de que o

assunto é consenso no governo e na Câmara. Sou contra o projeto e mais contra ainda sua análise de forma atabalhoada, no apagar das luzes do ano legislativo", afirmou o líder do partido, Chico Floresta. "Não se pode esquecer que há um conjunto de problemas ambientais naquela área que temos de levar em conta. A solução é realocar aquelas pessoas em outra região", acredita.